

**PROCESSO** - N. F. Nº 222548.0277/18-3  
**NOTIFICADO** - RADIANTE MÓVEIS LTDA.  
**EMITENTE** - ADÃO PINHEIRO DE AGUIAR  
**ORIGEM** - POSTO FISCAL EDUARDO FREIRE  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 17/07/2020

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACORDÃO JJF Nº 0065-03/20 NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O Autuado traz ao processo elementos que comprovam o recolhimento tempestivo do referido imposto. **NOTIFICAÇÃO FISCAL IMPROCEDENTE.** Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

A presente Notificação Fiscal foi lavrada em 21/11/2018, e exige crédito tributário no valor de R\$11.293,60, acrescido da multa de 60%, pela falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal, conforme DANFe Nº 64190 fls. 06/07. (Infração 54.05.08).

O notificado impugna o lançamento fiscal, fl.21. Registra que a presente notificação fiscal, referente à nota fiscal 64190, emitida pela L J MÓVEIS em 19/11/2018, o ICMS Antecipação Parcial foi pago no dia 21/11/2018, no valor de R\$11.318,44, fl.11.

Desse modo, pede o cancelamento da presente notificação.

### **VOTO**

Versa a presente notificação fiscal, sobre a exigência de crédito tributário no valor de R\$11.293,60, acrescido da multa de 60%, pela falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos previstos na legislação fiscal, conforme DANFe Nº 64190, fls. 06/07, (Infração 54.05.08).

Compulsando os autos, verifico que no presente caso, o Autuado comprovou que o valor lançado foi recolhido na mesma data da lavratura da Notificação Fiscal, dia 21.11.2018, fls 11 e 28.

Considerando que os elementos constantes do presente processo não nos permite determinar o horário preciso em que foi realizado o citado pagamento, entendo que a obrigação foi devidamente adimplida pelo contribuinte, não subsistindo a acusação fiscal.

Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE a presente notificação fiscal.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 222548.0277/18-3, lavrada contra **RADIANTE MÓVEIS LTDA.**

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 30 de abril de 2020.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS — JULGADOR